

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.506 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: WASCHINGTON LUIZ DA CONCEIÇÃO SANTOS
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E M E N T A

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. REGISTROS CRIMINAIS PRETÉRITOS.

A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada, em casos de pequenos furtos, considerando não só o valor do bem subtraído, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada.

A existência de registros criminais pretéritos contra o paciente obsta o reconhecimento do princípio da insignificância, consoante jurisprudência consolidada da Primeira Turma desta Suprema Corte (v.g.: HC 109.739/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.02.2012; HC 110.951, rel. Min. Dias Toffoli, DJe 27.02.2012; HC 108.696 rel. Min. Dias Toffoli, DJe 20.10.2011; e HC 107.674, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.9.2011). Ressalva de entendimento pessoal da Ministra Relatora.

Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 12 de junho de 2012.

Ministra Rosa Weber

HC 103.506 / MG

Relatora

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.506 MINAS GERAIS

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: WASCHINGTON LUIZ DA CONCEIÇÃO SANTOS
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Waschington Luiz da Conceição Santos contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido no HC 124.904/MG.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia contra o paciente pela prática do delito tipificado no art. 155, *caput*, do Código Penal, por ter, em maio de 2006, subtraído o telefone celular da vítima Alexandre Vinícius Ferreira Batista em uma avenida do centro de Belo Horizonte. Ao perceber a aproximação da Polícia Militar, o paciente lançou a *res furtiva* em um rio, tendo sido recuperada danificada.

Segundo narra a denúncia, “no dia e momento dos fatos, a vítima estava trafegando em seu veículo, quando dela se aproximou o acusado e aponderou-se, mediante arrebatamento de inopino, do telefone celular que trazia consigo, no colo, pondo-se em fuga”.

O Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Belo Horizonte condenou o paciente à pena de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, no regime semiaberto.

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais deu parcial provimento à apelação do paciente, apenas para conceder a isenção de custas processuais.

Irresignado, o paciente impetrou o HC 124.904/MG perante o Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem. Daí a presente impetração.

Neste *habeas corpus*, a Defensoria Pública da União alega que o fato

HC 103.506 / MG

imputado ao paciente não possui ofensividade capaz de lesar bem jurídico tutelado pelo Direito Penal, o que impõe a aplicação do princípio da insignificância.

Assim, requer a concessão da ordem de *habeas corpus* para reconhecer a atipicidade da conduta imputada ao paciente.

Não foi concedida a liminar.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Wagner Gonçalves.

É o relatório.

12/06/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 103.506 MINAS GERAIS

VOTO

A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora): O presente *habeas corpus* diz com a aplicação – ou não – do princípio da insignificância ao caso concreto.

Conforme relatado, o paciente foi denunciado e condenado pela prática do delito tipificado no art. 155, caput, do Código Penal, por ter, em maio de 2006, subtraído o telefone celular da vítima Alexandre Vinícius Ferreira Batista em uma avenida do centro de Belo Horizonte.

O bem furtado, danificado em razão do furto, foi avaliado somente em R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), ou seja, valor inferior ao do salário mínimo vigente à época dos fatos, de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Esta Suprema Corte, a princípio, tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão.

A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. - j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)

“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de

HC 103.506 / MG

afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011)

A doutrina majoritária também tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).

O princípio da insignificância também pode ser invocado como decorrência dos princípios da proporcionalidade ou da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

Invocando a insignificância como consequência do princípio da proporcionalidade, encontram-se alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que,

HC 103.506 / MG

embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de 17.2.2012).

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

Na hipótese dos autos, o Superior Tribunal de Justiça denegou a ordem à compreensão de que a defesa deixou de comprovar o valor integral da *res furtiva*, porquanto a avaliação considerou o valor do bem com as danificações sofridas em virtude do furto.

A fim de suprir a apontada omissão, a Defesa realizou consulta informal na loja especializada em venda de celular pela *internet*, na qual o modelo novo custava R\$, 89,99 (oitenta e nove e noventa e nove reais), conforme cópia colacionada às fls. 04.

Considerando tal valor, o objeto furtado em questão tinha valor correspondente a 25% do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Mesmo tratando-se de prova unilateral, há poucas dúvidas sobre a pequena dimensão da conduta delitiva. Houve um furto simples de um celular. Celulares, salvo modelos especiais, o que não é o caso, não têm valor de mercado muito expressivo. Não houve, outrossim, violência, nem qualquer circunstância que qualificasse a conduta.

Seria possível reconhecer no presente caso, portanto, o princípio da insignificância.

Todavia, alertou o Ministério Público Federal, em sua manifestação, sobre a impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância porque o paciente ostenta condenação transitada em julgado.

O paciente é, de fato, reincidente, tendo sido condenado, em outra oportunidade, por crime de furto, em decisão transitada em julgado em 16.8.2004 (fls. 53).

A jurisprudência consolidada desta 1ª Turma, segundo a qual

HC 103.506 / MG

“apesar de tratar-se de critério subjetivo, a reincidência deve ser excepcionada da regra para análise do princípio da insignificância, pois não está sujeita a interpretações doutrinárias e jurisprudenciais ou a análises discricionárias. O criminoso reincidente, como é o caso do ora Paciente, apresenta comportamento reprovável, e sua conduta deve ser considerada materialmente típica” (HC 109.739/SP, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.02.2012).

No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes desta 1ª Turma: HC 110.951, rel. Min. Dias Toffoli, DJe 27.02.2012; HC 108.696 rel. Min. Dias Toffoli, DJe 20.10.2011; e HC 107.674, rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 14.9.2011.

Entende-se que reconhecer a insignificância para agente com registros criminais pretéritos representaria estímulo para a prática reiterada de pequenos crimes sem punição.

Entretanto, se a insignificância afeta a tipicidade material, registros criminais pretéritos não se mostram aptos a inibir a aplicação do princípio da insignificância no caso concreto, uma vez pertinentes a categoria dogmática estranha à tipicidade. Com efeito, entendo que antecedentes criminais, por maior gravidade que ostentem, não ensejam a tipificação criminal de conduta que, pela insignificância da ofensa perpetrada ao bem jurídico protegido, não lhe tenha causado lesão de relevo. Com efeito, a vida pregressa do indivíduo não se mostra hábil a transformar em crime fato que, pelo dano insignificante causado ao bem jurídico objeto da tutela penal, materialmente não se subsume no tipo previsto em lei.

Assim, ainda que respeitando a orientação desta Turma, no sentido de que a desconsideração de registros criminais pretéritos representa estímulo à prática reiterada de crimes de pequena monta sem punição, manifesto, com todo o respeito, entendimento divergente e vislumbro a possibilidade de concessão da ordem, reputando insignificante o furto de um celular avaliado em 25% do salário mínimo da época dos fatos.

De todo modo, a racionalidade do sistema implica a observância, salvo chance futura de alteração, do douto entendimento do órgão

HC 103.506 / MG

colegiado.

Assim, embora, segundo meu entendimento pessoal, seja o caso de reconhecer a pertinência do princípio da insignificância, cumpre seguir a orientação da Turma que não o admite quando o paciente possui registros criminais pretéritos.

Voto, portanto, pela **denegação do *habeas corpus***.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 103.506

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATORA : MIN. ROSA WEBER

PACTE.(S) : WASCHINGTON LUIZ DA CONCEIÇÃO SANTOS

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Não participaram, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio e a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 12.6.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma